



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

DESTAQUES (RS MM)	4T22					
	4T22	4T21	Δ %	2022	2021	Δ %
Margem Bruta	441	317	39%	1.317	1.102	20%
EBITDA	370	242	53%	1.051	851	24%
Resultado Financeiro	(60)	(34)	76%	(180)	(69)	161%
Lucro Líquido	204	146	40%	581	533	9%
<b>INDICADORES OPERACIONAIS</b>						
Energia Injetada (GWh)	1.693	1.772	(4,5%)	6.366	6.686	(4,8%)
Energia Distribuída (GWh)	1.516	1.557	(2,6%)	5.844	6.031	(3,1%)
Número de Clientes	1.555	1.526	1,9%			
DEC anualizado (horas)	7,95	6,68	1,27			
FEC anualizado (interrupções)	3,05	2,72	0,33			
Perdas totais de 12 meses (%)	8,12%	9,78%	(0,99)p.p.			

Indicadores Financeiros de Dívida <sup>1</sup>	2022	2021	Variação
Dívida Líquida <sup>2</sup> /EBITDA <sup>3</sup>	1,99	2,00	(0,02)
EBITDA/Resultado Financeiro <sup>4</sup>	5,84	12,33	(6,49)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

<sup>1)</sup> Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants  
<sup>2)</sup> Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários  
<sup>3)</sup> EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses  
**Destaque Operacional e Operacionais:**  
 • EBITDA de R\$ 370 milhões no 4T22 (+53% vs. 4T21) e de R\$ 1.051 milhões em 2022 (+24% vs. 2021);  
 • Despesas Operacionais no 4T22 de R\$ 67 milhões (-7% vs. 4T21) e de R\$ 254 milhões em 2022 (+4% vs. 2021), abaixo da inflação, confirmando ganhos de eficiência;  
 • Lucro Líquido de R\$ 204 milhões (+40% vs. 4T21) e de R\$ 581 milhões em 2022 (+9% vs. 2021);  
 • R\$ 500 milhões de CAPEX em 2022, maior parte dedicada à expansão da rede;  
 • Arrecadação no 4T22 de 101,96%, acima do observado no 3T22 e no 4T21;  
 • Perdas Totais (12 meses) no 4T22 de 8,12%, abaixo do limite regulatório;  
 • DEC 12 meses de 7,95h (abaixo do regulatório de 10,80h) e FEC 12 meses de 3,05x (abaixo do regulatório de 7,06x).

**MENSAGEM DO PRESIDENTE**  
 Um ano extremamente especial para a Neoenergia Cosern. É assim que vamos lembrar de 2022 sempre que analisarmos os números apresentados neste relatório. Para além de excelentes resultados econômico-financeiros, fruto de um trabalho coletivo brilhante desenvolvido por uma equipe comprometida, os dados mostram como as estratégias que adotamos foram acertadas e resultaram em resultados cada vez mais expressivos para a sociedade potiguar e para os nossos acionistas, além de quatro prêmios de relevância nacional. Em março, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reconheceu a Neoenergia Cosern como a distribuidora com 'Melhor Qualidade de Fomento' do Brasil. Essa conquista foi inédita, resultado tanto dos investimentos crescentes no sistema elétrico local quanto do planejamento bem elaborado de obras, modernização da rede e implantação de novas tecnologias. Também em março, a Fundação Nacional de Qualidade (FNO) nos premiou como a empresa com 'Melhor Modelo de Gestão' - Categoria Ouro. Essa foi a primeira vez que uma empresa, independentemente da área de atuação, recebeu esse reconhecimento máximo da FNO. Em maio, a nossa Ouvidoria se consagrou, pela terceira vez, como a 'Melhor do Brasil' em premiação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em julho, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) nos concedeu o prêmio de 'Melhor Gestão Operacional' do Brasil, além de termos sido reconhecidos como a segunda melhor distribuidora do país. Ao longo de 2022, a Neoenergia Cosern investiu R\$ 504 milhões no sistema elétrico potiguar, um aumento de 40% em relação a 2021, principalmente em obras de expansão e modernização do sistema elétrico, resultando num DEC de 7,95h e FEC de 3,05x. Em média, os potiguares tiveram energia elétrica disponível durante 99,9% de todas as 8.760 horas dos últimos doze meses do ano. Essa confiabilidade no serviço prestado pela Neoenergia Cosern foi muito importante para hospitais, escolas, universidades, empresas e para as pessoas dentro das suas residências.

Entre os destaques do investimento histórico, a inauguração da Subestação Elétrica Pajuçara, que ampliou a oferta de energia para 360 mil consumidores na maior região administrativa de Natal, e a entrada em operação da quarta Subestação Móvel, um recurso fundamental para manutenções preventivas, obras de reforço e atendimentos emergenciais nas 76 subestações elétricas "fixas" da distribuidora espalhadas pelo estado.

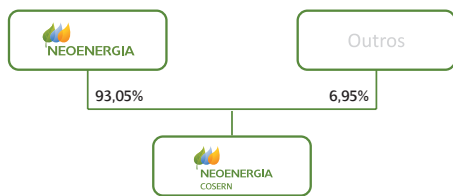
As ações do nosso Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel, também merecem destaque. Aportamos R\$ 9,9 milhões na eficiência da iluminação de vias, prédios públicos, organizações não governamentais e na substituição de aproximadamente 59 mil lâmpadas ineficientes por LED em residências de baixa renda em todo o estado. Por fim, e não menos importante, gostaria de ressaltar que ao longo de 2022 a igualdade de gênero e o empoderamento feminino não ficou só no discurso na Neoenergia Cosern. Tenho muito orgulho em ser a primeira mulher a ocupar o posto de Diretora-Presidente de uma das distribuidoras da Neoenergia no Brasil, coincidentemente no Rio Grande do Norte, estado conhecido nacionalmente pelo pioneirismo feminino em várias áreas. Ao meu lado, 26 mulheres já atuam como Eletricistas de Redes de Distribuição em todas as nossas bases, convivendo lado a lado com os cerca de 400 eletricitas homens. Este é o primeiro passo de uma grande marcha que está só começando e levará a Neoenergia Cosern a ter, em 2023, resultados cada vez mais expressivos.

Fabiana Carvalho Lopes  
 Diretora-Presidente da Neoenergia Cosern

**1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO**

A Neoenergia Cosern detém a concessão para distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, composto de 167 municípios potiguares em uma área total de 52.811 km².

Estrutura Societária  
 Em 31 de dezembro de 2022, a Estrutura Acionária da Companhia era a seguinte: 93,05% Neoenergia e 6,95% free float.



**2. AMBIENTE MACROECONÔMICO**

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir, de um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico. O Relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPraca (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior. O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia. Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro. Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022. Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%. O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic. Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

**3. AMBIENTE REGULATÓRIO**

**3.1. Tarifas**  
 Em 19 de abril de 2022, a Neoenergia Cosern teve seu reajuste tarifário aprovado pela Aneel, com efeito médio para o consumidor de 20,36%, aplicado desde 22 de abril.  
 A variação da Parcela A foi de 10,76%, totalizando R\$ 1.928,7 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 45,05% dos encargos setoriais e 9,46% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 242,32/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 14,75%, (R\$ 1.200,6 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do Fator X, de 0,02%.

**3.2. Principais Substituições Tarifárias ocorridas ao longo do ano**  
**Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC**  
 Em 23 de fevereiro, a ANEEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de marco de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%; para as transmissoras e usinas cotistas foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

**Marco Legal Geração Distribuída**  
 Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Ficou estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderirem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).  
**Lei Complementar nº 194 - ICMS**  
 Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

**Revisão Tarifária Extraordinária decorrente da Lei nº 14.385/22**  
 Em 12 de julho, foi homologada nova tarifa para Neoenergia Cosern, decorrente da Revisão Tarifária Extraordinária motivada pela aplicação da Lei nº 14.385/2022, que trata da devolução de valores advindos de ações judiciais transitadas em julgado que estabeleceram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins cobrado na conta de energia.  
 Como a Neoenergia Cosern já havia proposto antecipação de repasse desses créditos nos reajustes anteriores, de 2021 e 2022, então, o efeito da redução das tarifas em função dos novos procedimentos foram apenas relativos à revisão da projeção de compensação de tais créditos nos 12 meses posteriores. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -1,54%.

**Atualização dos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias**  
 Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.051/2022, publicada em 29 de junho, foram estabelecidos os novos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023. O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e à correção monetária pelo IPCA.

Adicional (RS/MWh)	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 2
2021	-	18,74	39,71	94,92
2022	-	29,89	65,00	97,95
Var. %	-	59,5%	63,7%	3,2%

Tabela 1 – Comparação entre novos valores e os anteriormente vigentes

**Repasso de recursos da CDE**  
 Em 22 de julho, a ANEEL divulgou o Despacho nº 1.959, que fixou os valores aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pela Eletrobras que deveriam ser repassados às distribuidoras até 29/07/2022. Esse recurso foi repassado à CDE de acordo com comando contido na Lei nº 14.182/2021 (privatização da Eletrobras) que condicionou a concessão de novas outorgas ao pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias à CDE, de 50% do valor adicionado a concessão pelos novos contratos. A Neoenergia Cosern recebeu, em 27/07/2022, R\$ 79,40 milhões, que representa cerca de 1,51% do total distribuído.

**Sobrecontratação das Distribuidoras – 2016 e 2017**  
 A ANEEL divulgou, em 12 de agosto, o Despacho nº 2.168/2022, que deu parcial provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020, que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, alegando aplicação de critério assimétrico de involuntariedade com base no valor do PLD, onde o risco de perder seria sempre da distribuidora e o ganho sempre do consumidor. Adicionalmente, na análise dos recursos interpostos pelas distribuidoras contra o referido despacho, na Nota Técnica nº 121/2021, a área técnica da ANEEL criou uma nova regra para apurar

a involuntariedade da migração ao ACL em 2016, na qual propunha o reconhecimento apenas da sobre involuntária acima de um limite arbitrário de 102,5%.

O Despacho nº 2.168/2022 reconheceu a tese de que houve aplicação retroativa de nova interpretação e reformou a decisão do Despacho nº 2.508/2022, colocando-se contra o posicionamento das áreas técnicas da ANEEL e excluindo o critério assimétrico baseado no valor do PLD, decisão que favoreceu a Neoenergia Cosern. O despacho também criou precedente para limitar inovações fora do escopo regulatório vigente pelas áreas técnicas da ANEEL, colocando-se contra a criação de critérios inexistentes na norma.

**3.3. Medidas associadas à Covid-19**  
**Admissibilidade de Revisão Tarifária Extraordinária**  
 Em 15 de julho, foi publicado o Despacho nº 1.890/2022 (SGT/ANEEL), que reconheceu a admissibilidade dos pleitos de revisão tarifária extraordinária decorrentes da pandemia do Coronavírus de sete concessionárias de distribuição de energia, incluindo a Neoenergia Cosern. Essa etapa de admissibilidade, que verifica o cumprimento dos requisitos para o pleito de RTE Covid, está prevista na regulamentação específica. De acordo com a ANEEL, foi aberto processo para análise de mérito dos pedidos. As próximas etapas serão a apresentação de proposta pela área técnica e a abertura de consulta pública.

**3.4. Medidas associadas à crise hídrica**  
**Conta Escassez Hídrica**  
 Em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 10.939/2022, que autorizou a criação da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta se destinava a receber recursos para cobertura total ou parcial dos custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras, e dos diferimentos estabelecidos em processos tarifários recentes, associados a questões macroeconômicas (inflação, câmbio e alta do preço internacional dos combustíveis). Em 18 de março, a ANEEL definiu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta e em maio houve a liberação de R\$ 33,12 milhões para a Neoenergia Cosern.

**Fim da Bandeira Escassez Hídrica**  
 Em abril, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a partir de 16 de abril, seria finalizada a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica. Esta foi criada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para cobrir os custos adicionais de enfrentamento da escassez hídrica.

**3.5. Liberalização do Mercado**  
 Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

**4. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**4.1. Número de Consumidores**  
 A Neoenergia Cosern encerrou o ano de 2022 com 1.555 mil consumidores, +29 mil novos consumidores em relação a 2021 (+1,9%).

Número de Consumidores (Em milhares)	2022		2021		Participação no Total %		2022 x 2021	
	2022	2021	2022	2021	Dif.	%	Dif.	%
Residencial	1.365	1.337	87,8%	87,6%	28	2,1%	-	-
Industrial	1	1	0,1%	0,1%	-	-	-	-
Comercial	110	107	7,1%	7,0%	3	2,8%	3	(5,6%)
Rural	51	54	3,3%	3,5%	(3)	(3,9%)	1	3,7%
Outros	28	27	1,8%	1,8%	1	3,7%		
<b>Total</b>	<b>1.555</b>	<b>1.526</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>1,9%</b>		

Energia Distribuída (GWh)	2022		2021		Dif.		Participação no Total %		2021 x 2020	
	4T22	4T21	4T22	4T21	Dif.	%	2022	2021	Dif.	%
Residencial	591	611	52,3%	51,5%	(20)	(3,3%)	2.350	2.439	53,7%	52,9%
Industrial	46	55	4,1%	4,6%	(9)	(16,4%)	198	235	4,5%	5,1%
Comercial	205	222	18,1%	18,7%	(17)	(7,7%)	821	854	18,8%	18,5%
Rural	132	144	11,7%	12,1%	(12)	(8,3%)	397	476	9,1%	10,3%
Outros	158	156	14,0%	13,1%	2	1,3%	608	604	13,9%	13,1%
<b>Total Energia Distribuída (cativa)</b>	<b>1.131</b>	<b>1.187</b>	<b>75%</b>	<b>76%</b>	<b>(56)</b>	<b>(4,7%)</b>	<b>4.374</b>	<b>4.607</b>	<b>75%</b>	<b>76%</b>
Mercado Livre	385	370	25,4%	23,7%	15	4,1%	1.470	1.424	25,2%	23,6%
<b>Total Energia Distribuída (cativa + livre)</b>	<b>1.516</b>	<b>1.557</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>(41)</b>	<b>(2,6%)</b>	<b>5.844</b>	<b>6.031</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A energia distribuída (cativo + livre) pela Neoenergia Cosern no 4T22 foi de 1.516 GWh, -2,6% vs. 4T21 e de 5.844 GWh em 2022, -3,1% vs. 2021, explicada, principalmente, pelas temperaturas inferiores e maior volume de chuvas no período.

O consumo residencial apresentou queda de 3,3% no 4T22 vs. 4T21 e de 3,6% em 2022 vs. 2021, influenciado pelas temperaturas inferiores. O segmento cativo da classe industrial apresentou uma redução de 16,4% no 4T22 vs. 4T21 e de 15,7% em 2022 vs. 2021. Entretanto, quando analisado juntamente com o mercado livre o resultado é de crescimento de 1,7% no trimestre e 0,6% no ano, resultado este explicado explicado principalmente pelos setores de petróleo e gás natural.

A classe comercial cativa apresentou redução de 7,7% no 4T22 vs. 4T21 e de 3,9% em 2022 vs. 2021. Resultado que foi influenciado por temperaturas inferiores, bem como maior volume de chuvas.

Na classe rural observou-se queda de 8,3% no 4T22 vs. 4T21. Considerando o comparativo de 2022 vs. 2021, registra-se queda de 16,6%, explicado principalmente pelo maior volume de chuvas, o que gerou uma menor demanda de irrigação.

Por fim, as outras classes totalizaram um crescimento de 1,3% no 4T22 vs. 4T21 e 0,7% em 2022 vs. 2021, com destaque para classe de Poder Público.

**4.3. Balanço Energético**  
 A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 1.693 GWh no 4T22, (-4,5% vs. 4T21) e no ano 6.366 GWh (-4,8% vs. 2021). Importante destacar que o impacto do aumento da geração distribuída será contemplado no dimensionamento do mercado que ocorrerá na próxima revisão tarifária em abril de 2023.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			Dif.	%			Dif.	%
<b> Mercado Cativo</b>	<b>1.131</b>	<b>1.187</b>	<b>(56)</b>	<b>(4,7%)</b>	<b>4.374</b>	<b>4.607</b>	<b>(233)</b>	<b>(5,1%)</b>
<b> Mercado Livre + Suprimento</b>	<b>385</b>	<b>370</b>	<b>16</b>	<b>4,05%</b>	<b>1.470</b>	<b>1.424</b>	<b>46</b>	<b>3,2%</b>
<b> Energia Distribuída (A)</b>	<b>1.516</b>	<b>1.557</b>	<b>(41)</b>	<b>(2,6%)</b>	<b>5.844</b>	<b>6.031</b>	<b>(187)</b>	<b>(3,1%)</b>
<b> Energia Perdida (B)</b>	<b>140</b>	<b>178</b>	<b>(38)</b>	<b>(21,3%)</b>	<b>546</b>	<b>656</b>	<b>(110)</b>	<b>(16,8%)</b>
<b> Não Faturado (C)</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24)</b>	<b>(0)</b>	<b>(24)</b>	<b>-</b>
<b> Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)</b>	<b>1.693</b>	<b>1.772</b>	<b>(79)</b>	<b>(4,5%)</b>	<b>6.366</b>	<b>6.686</b>	<b>(320)</b>	<b>(4,8%)</b>

**4.4. Perdas**  
 As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

NEOENERGIA COSERN	Perdas (%)												Aneel 22			
	Perda Técnica			Perda Não Técnica			Perda Total									
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22		2T22	3T22	4T22
	8,39%	8,37%	8,32%	8,36%	8,28%	1,39%	1,27%	0,83%	0,23%	-0,17%	9,78%	9,63%	9,14%	8,59%	8,12%	10,72%
NEOENERGIA COSERN	Perdas (GW)												Aneel 21			
	Perda Técnica			Perda Não Técnica			Perda Total									
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22		2T22	3T22	4T22

NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva. A tabela no 2T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.

A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

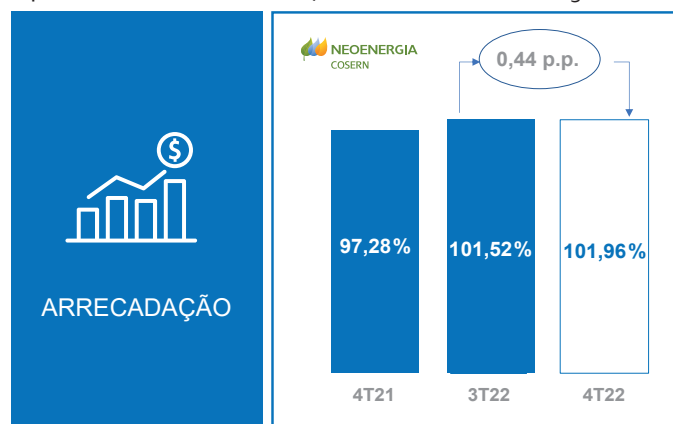
As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T22 foram de 8,19%, sem o impacto da REN 1000 foram de 8,12%, apresentando uma queda em relação ao 3T22 e ao 4T21 e seguindo, dessa forma, abaixo do limite regulatório de 10,72%.

A Companhia vem atuando no plano de combate a perdas e no 2022 as principais ações foram:

- (i) Realização de mais de 55 mil inspeções, recuperando uma energia de 17 GWh;
- (ii) Substituição de 111 mil medidores obsoletos;
- (iii) Atualização de mais de 134 mil pontos no cadastro de iluminação pública, totalizando uma energia recuperada de 2 GWh;
- (iv) Realização de 46 ações de apoio policial.

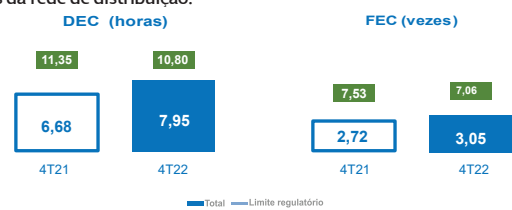
**4.5. Arrecadação e Inadimplência**  
 O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo retrata a boa performance do índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



**4.6. DEC e FEC**

As melhorias nos resultados do DEC e FEC que permitiram a Neoenergia Cosern superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão, com revisão de processos, como em investimentos, no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva.

**5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

DRE (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	817	894	(77)	(9%)	3.277	3.414	(137)	(4%)
Custos Com Energia	(512)	(621)	109	(18%)	(2.167)	(2.464)	297	(12%)
Margem Bruta s/ VNR	305	273	32	12%	1.110	950	160	17%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	136	44	92	209%	207	152	55	36%
<b>Margem Bruta</b>	<b>441</b>	<b>317</b>	<b>124</b>	<b>39%</b>	<b>1.317</b>	<b>1.102</b>	<b>215</b>	<b>20%</b>
Despesa Operacional	(67)	(72)	5	(7%)	(254)	(244)	(10)	4%
PECLD	(4)	(3)	(1)	33%	(12)	(7)	(5)	71%
<b>EBITDA</b>	<b>370</b>	<b>242</b>	<b>128</b>	<b>53%</b>	<b>1.051</b>	<b>851</b>	<b>200</b>	<b>24%</b>
Depreciação	(42)	(36)	(6)	17%	(150)	(131)	(19)	15%
Resultado Financeiro	(60)	(34)	(26)	76%	(180)	(69)	(111)	161%
IR CS	(64)	(26)	(38)	146%	(140)	(118)	(22)	19%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>204</b>	<b>146</b>	<b>58</b>	<b>40%</b>	<b>581</b>	<b>533</b>	<b>48</b>	<b>9%</b>

A Neoenergia Cosern encerrou o 4T22 com Margem Bruta de R\$ 441 milhões, +39% vs. 4T21, reflexo da variação da parcela B de +14,75% do reajuste de abril/22 e maior VNR, impactado pelo aumento da Base de Remuneração Líquida (BRR). No acumulado, a Margem Bruta foi de R\$ 1.317 milhões, +20% acima do apurado em 2021, em razão da variação da parcela B de +14,75% em abril/22 e de +30,63% em abril/21, além do aumento da base de clientes e VNR.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 67 milhões no 4T22 (-7% vs. 4T21) e R\$ 254 milhões em 2022 (+4% vs. 2021), abaixo da inflação, absorvendo o crescimento da base de clientes e confirmando a contínua busca por eficiências.

A PECLD totalizou R\$ 4 milhões no 4T22 (+R\$ 1 milhão vs. 4T21) e em 2022 foi de R\$ 12 milhões (+R\$ 5 milhões vs. 2021). Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB), o ano encerrou em 0,32%, abaixo do limite regulatório de 0,57%. Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T22 foi de R\$ 370 milhões, incremento de +53% vs. 4T21 e em 2022 foi de R\$ 1.051 milhões, +24% acima de 2021. O EBITDA Caixa (ex-VNR) no 4T22 foi de R\$ 234 milhões, +18% vs. 4T21 e no ano foi de R\$ 844 milhões, +21% vs. 2021.

O Lucro Líquido foi de R\$ 204 milhões no 4T22 (+40% vs. 4T21) e de R\$ 581 milhões no acumulado (+9% vs. 2021).

**5.1. EBITDA (LAJIDA)**

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	204	146	58	40%	581	533	48	9%
Despesas financeiras (B)	(82)	(57)	(25)	44%	(261)	(189)	(72)	38%
Receitas financeiras (C)	24	13	11	85%	108	68	40	59%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(2)	10	(12)	(120%)	(27)	52	(79)	(152%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(64)	(26)	(38)	146%	(140)	(118)	(22)	19%
Depreciação e Amortização (F)	(42)	(36)	(6)	17%	(150)	(131)	(19)	15%
<b>EBITDA = A-(B+C+D+E+F)</b>	<b>370</b>	<b>242</b>	<b>128</b>	<b>53%</b>	<b>1.051</b>	<b>851</b>	<b>200</b>	<b>24%</b>

**5.2. Resultado Financeiro**

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
<b>Renda de aplicações financeiras</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>125%</b>	<b>42</b>	<b>10</b>	<b>32</b>	<b>320%</b>
<b>Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida</b>	<b>(73)</b>	<b>(45)</b>	<b>(28)</b>	<b>62%</b>	<b>(255)</b>	<b>(115)</b>	<b>(140)</b>	<b>122%</b>
<b>Outros resultados financeiros não relacionados a dívida</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>(3)</b>	<b>(43%)</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>(3)</b>	<b>(8%)</b>
Juros, comissões e acréscimo moratório	9	8	1	13%	45	50	(5)	(10%)
Variações monetárias e cambiais - outros	9	1	8	800%	5	1	4	400%
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(1)	1	(2)	(200%)	(2)	(6)	4	(67%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	4	2	2	100%	19	9	10	111%
Obrigações pós emprego	-	-	-	-	1	1	(1)	(100%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(17)	(5)	(12)	240%	(34)	(19)	(15)	79%
<b>Total</b>	<b>(60)</b>	<b>(34)</b>	<b>(26)</b>	<b>76%</b>	<b>(180)</b>	<b>(69)</b>	<b>(111)</b>	<b>161%</b>

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 60 milhões no 4T22 (-R\$ 26 milhões vs. 4T21) e de -R\$ 180 milhões em 2022 (-R\$ 111 milhões vs. 2021), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, devido ao aumento do CDI, que representa 64% do endividamento da Companhia, e pelo aumento de 39% no saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimento e capital de giro da Companhia, visando atender à expansão do mercado.

**6. INVESTIMENTOS**

No ano de 2022, a Neoenergia Cosern realizou Capex de R\$ 500 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

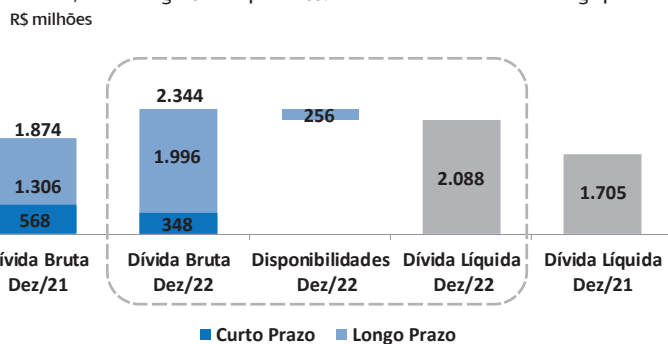
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	NEOENERGIA COSERN		
	4T22	2022	
<b>Expansão de Rede</b>	<b>(52)</b>	<b>(250)</b>	<b>49%</b>
Novas Ligações	(27)	(135)	
Novas SE's e RD's	(25)	(116)	
<b>Renovação de Ativos</b>	<b>(9)</b>	<b>(81)</b>	<b>16%</b>
Melhoria da Rede	(10)	(88)	18%
Perdas e Inadimplência	(5)	(30)	6%
Outros	(17)	(55)	11%
<b>Movimentação Material (Estoque x Obra)</b>	<b>5</b>	<b>(27)</b>	
<b>(-) Investimento Bruto</b>	<b>(88)</b>	<b>(532)</b>	
SUBVENÇÕES	1	5	
<b>(-) Investimento Líquido</b>	<b>(87)</b>	<b>(527)</b>	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(5)	27	
<b>(-) CAPEX</b>	<b>(91)</b>	<b>(500)</b>	
Base de Anuidade Regulatória	(17)	(55)	11%
Base de Remuneração Regulatória	(76)	(450)	89%

O CAPEX realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de CAPEX reflete a política da Neoenergia Cosern para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

**7. ESTRUTURA DE CAPITAL**

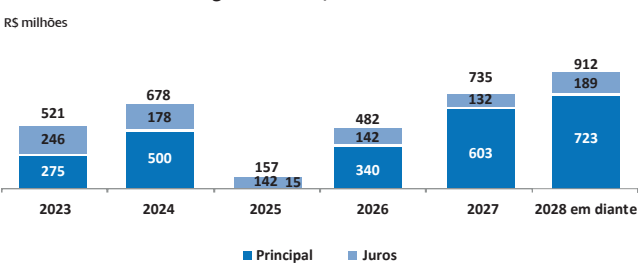
**7.1. Perfil da Dívida**

Em Dezembro de 2022, a dívida líquida da Neoenergia Cosern, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.088 milhões (dívida bruta de R\$ 2.344 milhões), apresentando crescimento de 22% (R\$ 382 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Cosern possui 85% da dívida contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.



**7.2. Cronograma de Vencimento**

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forwaRodovia* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 31 de dezembro de 2022.



**8. RATING**

Em 29 de março de 2022, a StandaRodovia & Poor's - S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

**9. OUTROS TEMAS**

**9.1. Clientes Baixa Renda**

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2022	2021	2022 x 2021	
			Dif.	%
Convencional	962	985	(23)	(2,3%)
Baixa Renda	403	352	51	14,5%
<b>Total</b>	<b>1.365</b>	<b>1.337</b>	<b>28</b>	<b>2,1%</b>

**9.2. Aumento de participação acionária da Neoenergia**

Em dezembro de 2022 foi divulgada a operação de Permuta de Ativos entre a Neoenergia e a Eletrobras, onde a Neoenergia receberá 0,04% das ações da Neoenergia Cosern, pertencentes à Eletrobras, e com isso passará a deter 93,09% das ações da companhia. O *closing* da operação é esperado para o 2º semestre de 2023.

**9.3. Práticas de Gestão**

**9.3.1. Remuneração de Acionistas**

A Neoenergia Cosern possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/>) sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx

- Em 2022, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
- (i) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 22.882 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 30 de março de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
  - (ii) Dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 7.885 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
  - (iii) Dividendos Adicionais de R\$ 335.349 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
  - (iv) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 21.980 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de junho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;

- (v) Dividendos intermediários de R\$ 199.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
- (vi) Dividendos intermediários de R\$ 60.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2022 e pagos em 20 de dezembro de 2022;
- (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 21.067 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 26 de setembro de 2022 e pagos em 20 de dezembro de 2022;
- (viii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 21.999 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2023.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2022 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

**9.3.2. Governança Corporativa**

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Cosern reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

**Conselho de Administração**  
Integrado atualmente por nove representantes titulares, sendo um membro independente, e dois suplentes dos acionistas, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

**Conselho Fiscal**  
Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

**Diretoria**  
Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

**9.3.3. Gestão de Pessoas**

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, abrangendo em 4,7% o ano anterior. Nosso ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de focar no desenvolvimento de educadores internos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 723 eletricistas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Saúde e Segurança, Diversidade, Cibersegurança, Ética, Foco no Cliente e Sustentabilidade, foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Falou-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG.

Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;
- Ensino de Professores (palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para os jovens): aconteceu em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
- Operação quilo: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiadas;
- Dia Internacional do Voluntariado Iberdrola em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhadas, corridas e pedaladas, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e do Distrito Federal. Na atividade "Eu cuido do meu quadrado", os voluntários fizeram ações limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 tonelada de lixo das ruas;
- Montagem de Skate: Durante a Convenção de Líderes, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;
- Árvore da Solidariedade: A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão.

Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia a realidade do mercado de trabalho.

2022 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia. E com essa mesma força e determinação seguiremos em 2023.

**10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA**

**10.1. ESG**

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Fruto do diálogo com os seus grupos de interesse e consciente do impacto de todas as suas atividades, a Neoenergia tem uma estratégia de desenvolvimento sustentável alinhada com a implementação de um projeto empresarial que visa à criação de valor de forma sustentável tendo como principais referências seu Propósito e Valores, e o respeito aos Direitos Humanos.

A companhia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A empresa mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Como parte dessa evolução contínua, em 2022 o Grupo assumiu 16 metas ESG para os anos 2025 e 2030, que serão acompanhadas anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade de 2022. Com esses compromissos, a companhia específica o seu empenho em dar transparência a objetivos relevantes e mensuráveis, que representam os aspectos prioritários na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Com muito orgulho, divulgamos os resultados alcançados nesses indicadores em 2022 e os targets para 2025 e 2030:

Metas ESG	Parâmetros	2022	2025	2030
<b>E</b> Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	1	36	20
<b>E</b> Eletrificação da frota	Incremento do % de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	8%	13%	50%
<b>E</b> Financiamento sustentável	Revisão anual e atualização do framework de financiamento verde da empresa			

**10.3. Educação e Cultura**

No âmbito da educação, tem destaque o projeto **Balcão de Ideias e Práticas Educativas** que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 983 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes de ensino de 13 municípios nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Em 2022, o projeto apoiou a criação e implementação de cursos tutorados com foco na educação infantil, ensino fundamental e formação de gestores escolares, além da cocriação de práticas educativas e planos de formação que tenham como foco o desenvolvimento de competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Na linha de educação e capacitação para o desenvolvimento territorial, desenvolvemos o projeto **Ventos da Mudança**, uma parceria inovadora entre Neoenergia Renováveis e a Rio Energy com o Centro Técnico de Educação Profissional do Sertão Produtivo (Cetep), escola técnica localizada em Caetité (BA), para contribuir com a formação cidadã e profissional de jovens locais, que possuem escassez de oportunidades para realizar atividades extracurriculares, essenciais para aqueles que estão cursando a formação técnica. Foi criado um calendário pedagógico em conjunto com o Cetep, que envolve Grupos de Trabalho em Educação Ambiental e Juventudes, Atividades Teóricas Práticas em Educação Ambiental e Visita Guiada aos parques eólicos, junto a rodas de conversa com profissionais de ambas as empresas sobre carreira, mercado de trabalho e profissão. Em 2022, foram contemplados mais de 100 estudantes. Ainda na região, foram realizados, dentro do projeto **Energia Produtiva de Caetité**, cursos de capacitação digital para estudantes dos cursos técnicos do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, que envolveram também pessoas das comunidades vizinhas, visando facilitar o acesso ao mercado de trabalho empreendedorismo local.

O público jovem também foi destaque nas atividades do **Programa Jovem Empreendedor Rural**, curso de empreendedorismo rural e protagonismo social, para jovens que vivem em comunidades rurais da região dos parques eólicos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e que certificou 47 alunos que apresentaram propostas sustentáveis de negócios nas comunidades onde vivem. A iniciativa faz parte do Programa SER – Saúde, Educação e Renda, idealizada pela Neoenergia, com o apoio do Instituto Neoenergia, e executado desde 2020 pela Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), com recursos do subcrédito social do BNDES. A iniciativa atua em pilares que impactam diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos e linhas de transmissão, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam a sigla do projeto: Saúde, Educação e Renda.

Pensando na criação de oportunidades de **capacitação profissional gratuita**, a Neoenergia desenvolve a Escola de Eletricistas, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia elétrica da companhia – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal. A escola promove a formação e capacitação de futuros profissionais, que, ao concluírem o programa, se tornam aptos a exercer a função de eletricista de forma técnica e precisa. Com o compromisso de promover a **igualdade de gênero**, desde 2019, a companhia oferece turmas exclusivas para mulheres em edições especiais dos cursos, quebrando o paradigma de que ser eletricista é uma profissão masculina. Com a evolução do projeto, as turmas passaram a ser mistas, comprovando a possibilidade feminina de ocupar espaços antes predominantemente masculinos. Isso fomentou o crescimento de mulheres em seu quadro de eletricistas com excelentes resultados.

Na esfera **cultural**, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- (i) o edital Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal, ampliando a participação para 42 projetos dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17. Além disso, o Instituto atuou no acompanhamento dos 25 projetos selecionados em 2021 com execução em 2022, por meio de sua Central de Editais;
- (ii) a 2ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, foi ampliada para todas as áreas de concessão da Neoenergia;
- (iii) o Programa de Iluminação Cultural foi desenvolvido em nova fase dirigida para as riquezas do patrimônio histórico do interior brasileiro. Foi a vez do Theatro Cinema Guarany, edificação icônica e centenária localizada em Triunfo, no sertão pernambucano. Além da iluminação cênica inaugurada em dezembro de 2022, o programa atuou em duas frentes ao longo de 2022: ação de educação patrimonial para 14 escolas públicas, beneficiando a mais de 400 estudantes, e intervenção cultural para a comunidade durante sua inauguração, envolvendo mais de 100 artistas, produtores culturais e negócios locais, estimulando a geração de trabalho e renda;
- (iv) a Caravana Energia que Transforma, continuou a desenvolver atividades com foco em ações formativas para gestores socioculturais de diversos estados brasileiros. Além dos módulos online, em 2022, foi realizado o primeiro evento presencial: “Trilhas da Caravana, caminhos para uma boa gestão”, um momento de troca e networking para 40 participantes do setor cultural do DF;
- (v) o Instituto, em parceria com a Termpernambuco, apoiou o primeiro projeto parte do Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, que conta com o apoio de grandes empresas brasileiras. A Termpernambuco destinou R\$ 2 milhões à Reforma de imóvel para requalificar o Portomídia, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a ser executado entre os anos de 2023 e 2025. Inserido no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do bairro do Recife, a edificação tombada pelo IPHAN será reformada e ampliada para fortalecer seis cadeias de negócios de economia criativa direcionadas à tecnologia como games, cinevideomanição, multimídia, design, fotografia e música;
- (vi) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 240 vagas para jovens de 16 a 24 anos e mulheres em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Campos do Jordão, Santa Isabel e Capão Bonito, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa- cultura digital, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAc – Programa de Ação Cultural de São Paulo;
- (vii) o Entre o Céu e a Favela, apoiado por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, atua há 10 anos no Morro da Providência, região vulnerável na zona portuária do Rio de Janeiro, desenvolvendo oficinas multidisciplinares no contraturno escolar de crianças e jovens da comunidade, além de oficinas profissionalizantes para as mães dos beneficiados.

**10.4. Instituto Neoenergia**

Em um ano de resiliência e crescimento, o Instituto Neoenergia ampliou seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os cinco pilares de atuação do Instituto – Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional, foram realizadas iniciativas que promoveram a diferença durante o ano de 2022, em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal.

**10.5. Eficiência Energética**

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Cosern tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica e contou com investimento de R\$ 10 milhões em 2022.

Entre as ações que merecem destaque em 2022 estão:

- a. Execução de projetos com **ação em comunidades populares** com troca de mais de 59 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 15,7 mil lâmpadas em 262 instituições dessas comunidades e troca 200 refrigeradores antigos para consumidores de 2 municípios afetados pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Norte em junho/2022.
- b. Execução do projeto **Valor Luz**, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recolhidas 252 toneladas de resíduos com desconto de R\$ 83 mil na conta de energia elétrica de mais de 5 mil consumidores que ainda trocaram mais de 16 mil lâmpadas dos clientes por LED.

c. Execução dos projetos **Educativos** em escolas públicas, capacitando 276 professores e 16,5 mil alunos da área de concessão da NEOENERGIA COSERN sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica. Projetos fortemente impactados pela pandemia.

d. Execução de projetos de **eficiência energética de prédios públicos e comerciais assistências** (escolas públicas, unidades de saúde – hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 65 unidades no Rio Grande do Norte, totalizando mais de 20,4 mil lâmpadas substituídas e 3 sistemas solares fotovoltaicos instalados, totalizando 237,7 kWp.

e. Execução de projeto **Neoenergia Solar** que concedeu desconto de 50% para instalação de energia solar em 95 residências no Rio Grande do Norte totalizando 339 kWp instalado, além da troca de 131 lâmpadas dos clientes por LED.

f. Execução de projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente. Em março de 2022, foi assinado o contrato com a parceira Smartkits para fornecimento dos equipamentos e disponibilização da plataforma de monitoramento e iniciado o processo de homologação junto a ANATEL para fabricação dos equipamentos. A entrega do primeiro lote de 100 (unidades) ocorreu em novembro e as instalações iniciaram em 2023 com a abertura de inscrições através do site para clientes interessados.

**10.6. Pesquisa e Desenvolvimento**

Em 2022, foram investidos R\$ 19,54 milhões no Programa de P&D ANEEL, sendo R\$ 9,53 milhões em desenvolvimento de projetos da Neoenergia Cosern, R\$ 5,56 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 2,78 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 1,67 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

**Tecnologias Inteligentes/ Recuperação de Energia:** destacam-se os projetos: (i) **GODEL – Observatório de Redes**, reconhecido em 2022 como melhor projeto apresentado no 39º Circuito Nacional do Setor Elétrico – CINASE na categoria Inovação Tecnológica, composto por módulos que entregaram produtos já incorporados aos processos de negócios da Neoenergia e outros em desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento, como no módulo GODEL Analytics, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas, no módulo Godel Multilink, um concentrador de dados de medição com tecnologia nacional para comunicação por radiofrequência com o objetivo de garantir interoperabilidade entre os equipamentos de campo da rede de distribuição, além de possibilitar o envio dos dados da medição para os sistemas de gerenciamento da distribuidora por meio de múltiplos links de comunicação, e no módulo GODEL Hosting Capacity, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem as suas consultas e obtenham respostas imediatas; (ii) **Antenas Inteligentes**, que consiste em um conjunto de circuitos eletrônicos que formam um sistema confiável de antenas com abrangência de 360° para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves religadoras da rede de distribuição, podendo ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio; e (iii) **Conexão Digital**, que entregará importantes produtos para transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados, tornando mais efetivo o atendimento humano e digital.

**Segurança:** dentre os principais projetos de P&D temos: (i) **Braco Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma robotizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência; (ii) **Sensor de Proximidade** que consiste em tecnologia para mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, através de sensores instalados no cesto aéreo do caminhão e uma central de processamento que sinalizará e atuará para evitar uma possível situação de risco; (iii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos; (iv) **Medição de Malha de Terra**, equipamento capaz de medir a impedância da malha de terra sem a necessidade de desligamento da subestação; e (v) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.

**Qualidade e Confiabilidade:** destacamos o (i) **Qualimetro com Oscilografia Contínua**, equipamento para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e para integração com o sistema de localização de defeitos em redes de distribuição, de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede; (ii) **Lote pioneiro do aferidor de medidores**, que desenvolveu e entregou para a operação das distribuidoras Neoenergia, 24 unidades do equipamento intitulado ADR 9000, utilizadas para aferir medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor; (iii) **Tecnologia de Armazenamento para Religadores** que utiliza ultracapacitores com baterias, sendo pioneiro para a confiabilidade dos equipamentos automatizados; (iv) **SIERF (Sistema de Identificação de Equipamentos por Radiofrequência)**, que desenvolveu e entregou para testes o sistema de identificação, cadastro e rastreamento de equipamentos de redes de distribuição, composto por coletor de dados por radiofrequência e etiqueta eletrônica de alta longevidade para identificação de ativos com superfície metálica, tais como transformadores e medidores; e (v) **SMARTF (Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro das distribuidoras)**, que desenvolveu e entregou ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das empresas distribuidoras Neoenergia, considerando cenários de trajetórias regulatórias alternativas, de evolução das redes, do comportamento do consumidor e inserção de recursos energéticos distribuídos, tais como geração, armazenamento, veículos elétricos e esquemas de resposta da demanda. Além dos seguintes projetos, em desenvolvimento, de P&D:

- Veículo com sistema inteligente para **Lavagem dos Isoladores** das redes de distribuição considerando o nível medido de salinidade;
  - Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) autocarregável com sistema automático destinado ao cadastro remoto de ativos e inspeções em linha de distribuição e de transmissão;
  - **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis
  - **Previsão Climática: desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional** para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuidoras;
  - **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)** que consiste em desenvolvimento de um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade
- Sustentabilidade do Negócio:** foram desenvolvidos os projetos: (i) **Caminhão Elétrico**, atualmente com 2 veículos em operação que contam com cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de redes de distribuição de energia elétrica com sistema inteligente para o gerenciamento da recarga do caminhão e com sistema eficiente para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão da distribuidora; (ii) **Corredor Verde**, que consiste em eletrovia de 1.200 km interligando Salvador (BA) e Natal (RN), contendo 11 estações de recarga de rodovias (50kW) mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW), oferecendo uma ampla infraestrutura para usuários de veículos elétricos na região nordeste, propondo um novo modelo de negócios para serviços de recargas no âmbito de empresas do setor elétrico; (iii) **Mobilidade Elétrica Trilha Verde**, projeto em desenvolvimento em Fernando de Noronha que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, com a utilização de veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por meio de fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia; (iv) **Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)**, concluído em 2022, consiste em um sistema de armazenamento com baterias de íons de lítio, utilizado para otimização do despacho dos geradores da usina termoeletrica Tubarão, em Fernando de Noronha, considerando a existência de usinas solares centralizadas e geração distribuída na ilha; (v) **Microrrede**, também concluído em 2022, é um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório, que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia; (vi) **Gestão de PCB** (bifenilas policloradas) sistema computacional para gestão, acompanhamento e controle dos equipamentos que operam com óleos sintéticos contendo bifenilas policloradas (PCBs) ou óleos minerais/vegetais contaminados no sistema elétrico da Neoenergia Brasília; (vii) **Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari)**, que possui como objetivo o desenvolvimento de soluções para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição e criação de um amplo Programa de Conservação da espécie, constituído pelas vertentes ambiental, social, educacional e tecnológica; (viii) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas; (ix) **Hidrodigital**, que desenvolveu instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria da performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, por meio da avaliação, com técnicas de inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas, com o resultado esperado de incremento da geração anual de energia e/ou capacidade de reserva; e projeto de P&D de (x) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento da demanda interna de resfriamento de turbogeradores, aplicação em empilhadeira e em mobilidade elétrica (abastecimento veicular).

**11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA**

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2022.

- (i) **Prêmio Aneel** - A Neoenergia Cosern foi reconhecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como a distribuidora com melhor desempenho de fornecimento em relação a todas as outras de grande porte, ou seja, com mais de 400 mil clientes no Brasil. A classificação foi feita com base no Desempenho Global de Continuidade (DGC), índice que mede a performance das distribuidoras em relação aos limites definidos pela própria ANEEL.
- (ii) **Prêmio Abradee** - A Neoenergia Cosern foi reconhecida como a distribuidora com melhor gestão operacional do Brasil entre as empresas com mais de 500 mil consumidores pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A concessionária do Rio Grande do Norte também conquistou o segundo lugar entre as distribuidoras mais bem colocadas no país e na região Nordeste, assim como na categoria gestão econômico-financeira. No quesito avaliação dos clientes, a empresa ficou em terceiro.
- (iii) **Prêmio Melhores em Gestão da FNQ** - A Neoenergia Cosern foi reconhecida como a empresa com melhor modelo de gestão do Brasil – categoria Ouro – no Prêmio Melhores em Gestão, organizado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A distribuidora tem, em seu histórico na FNQ, dez participações, entre o Prêmio Nacional da Qualidade e o Melhores em Gestão, e esta foi a primeira vez que uma empresa é contemplada na maior categoria da premiação: Ouro.

**12. AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 442.416,00, dos quais R\$ 357.336,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 85.080,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, revisão do relatório de covenants, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

**13. BALANÇO SOCIAL**

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2022 será publicado até 31 de março de 2023 no site da companhia ([www.neoenergia.com](http://www.neoenergia.com)). A Neoenergia divulga seu desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança anualmente, desde 2004, quando publicou seu primeiro Relatório Anual, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável. A partir de 2010, passou a elaborar o relatório com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, também considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, e as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A partir de 2021, o relatório adicionou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

**14. NOTA DE CONCILIAÇÃO**

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2022 (4T22 e 2022) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T2022	2022	4T2021	2021	
(+) Receita líquida	971	3.544	952	3.616	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(136)	(207)	(44)	(152)	Nota 3
(-) Outras receitas	(17)	(60)	(15)	(51)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1)	-	1	1	Nota 3.4
<b>= RECEITA Operacional Líquida</b>	<b>817</b>	<b>3.277</b>	<b>894</b>	<b>3.414</b>	
(+) Custos com energia elétrica	(431)	(1.660)	(519)	(2.084)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(81)	(507)	(102)	(380)	Demonstrações de resultado
<b>= Custo com Energia</b>	<b>(512)</b>	<b>(2.167)</b>	<b>(621)</b>	<b>(2.464)</b>	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	136	207	44	152	Nota 3
<b>= MARGEM BRUTA</b>	<b>441</b>	<b>1.317</b>	<b>317</b>	<b>1.102</b>	
(+) Despesa com operação	(82)	(289)	(72)	(262)	Demonstrações de resultado
(-) Despesas com vendas	(12)	(39)	(11)	(39)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(33)	(136)	(39)	(124)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	42	150	36	131	Nota 6
(+) Outras receitas	17	60	15	51	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	-	(1)	(1)	Nota 3.4
<b>= Despesa Operacional (PMOS)</b>	<b>(67)</b>	<b>(254)</b>	<b>(72)</b>	<b>(244)</b>	
(+) PECLD	(4)	(12)	(3)	(7)	Demonstrações de resultado
<b>EBITDA</b>	<b>370</b>	<b>1.051</b>	<b>242</b>	<b>851</b>	
(+) Depreciação e Amortização	(42)	(150)	(36)	(131)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(60)	(180)	(34)	(69)	Demonstrações de resultado
(+) IJR/CS	(64)	(140)	(26)	(118)	Demonstrações de resultado
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>204</b>	<b>581</b>	<b>146</b>	<b>533</b>	Demonstrações de resultado

(\*) As notas explicativas correspondem às informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. (“Neoenergia Cosern”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Cosern e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Cosern.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Cosern sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia ([ri.neoenergia.com](http://ri.neoenergia.com)).

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Valores expressos em milhões de reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo Circulante	Notas	2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	241	167	Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	244	318
Contas a receber de clientes e outros	10	538	702	Empréstimos e financiamentos	15,2	406	709
Títulos e valores mobiliários	15	2	2	Passivo de arrendamento	3	2	3
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	66	144	Instrumentos financeiros derivativos	15,3 (a)	8	3
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	62	45	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	47	41
Outros tributos a recuperar	8.2.1	230	244	Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	10	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	120	Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	33	-
Outros ativos circulantes	-	74	48	Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.2.2	104	152
<b>Total do circulante</b>		<b>1.226</b>	<b>1.472</b>	Provisões e outras obrigações	19,2 (b)	23	34
<b>Não circulante</b>				Outros passivos circulantes	16,1 (a)	9	12
Contas a receber de clientes e outros	10	55	55	<b>Total do circulante</b>	<b>17</b>	<b>81</b>	<b>98</b>
Instrumentos financeiros derivativos	15,3 (a)	27	126	<b>Não circulante</b>			
Outros tributos a recuperar	8.2.1	326	446	Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	24	21
Depósitos judiciais	16,1 (c)	20	21	Empréstimos e financiamentos	15,2	2.019	1.432
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	15	Passivo de arrendamento	14	13	13
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12,1	2.536	1.933	Instrumentos financeiros derivativos	15,3 (a)	4	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12,2	354	405	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	10	18
Outros ativos não circulantes	12	9	9	Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	149	77
Direito de uso	15	15	15	Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	280	411
Intangível	13	697	695	Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.3	1	1
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.042</b>	<b>3.720</b>	Provisões e outras obrigações	16,1 (a)	120	113
<b>Total do ativo</b>		<b>5.268</b>	<b>5.192</b>	Outros passivos não circulantes	11	60	-
				<b>Total do não circulante</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>9</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.699</b>	<b>2.095</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.405</b>	<b>1.513</b>
						<b>5.268</b>	<b>5.192</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Valores expressos em milhões de reais)

	Reservas de Lucros				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de Capital Abrangentes	Outros resultados	Reserva de Incentivo Fiscal		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	542	185	25	166	175	1.329
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	533	533
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(208)
Outros resultados abrangentes	-	-	(1			

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	581	533
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização (*)	152	133
Baixa de ativos não circulantes	30	8
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	140	118
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	180	69
Valor de reposição estimado da concessão	(207)	(152)
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	209	(126)
Fornecedores e contas a pagar de empregados	(79)	(25)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	6	4
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	247	(158)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(156)	59
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	3	(7)
Outros ativos e passivos, líquidos	(54)	23
<b>Caixa líquido proveniente das operações</b>	1.052	479
Encargos de dividendos pagos (nota 15.2 (c))	(130)	(72)
Instrumentos derivativos recebidos líquidos	102	17
Rendimento de aplicação financeira	42	10
Juros pagos - Arrendamentos	(2)	(1)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(69)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	1.064	364
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(526)	(385)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(21)	(2)
Resgate de títulos e valores mobiliários	9	1
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	(538)	(386)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	925	428
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(6)	(3)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(697)	(83)
Depósitos em garantias	-	2
Obrigações especiais	9	2
Pagamento de principal - Arrendamentos	(2)	(36)
Remuneração paga aos ativos (nota 19.2 (b))	(681)	(354)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	(452)	(201)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	74	(42)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	167	209
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	241	167
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	7	5
Arrendamentos capitalizados	3	15
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	-	5
(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	2022	2021
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	4.830	4.946
Perdas de créditos esperadas	(12)	(7)
<b>Insuamos adquiridos de terceiros</b>	4.818	4.939
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(1.429)	(1.751)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(414)	(534)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(672)	(536)
<b>Valor adicionado bruto</b>	(2.515)	(2.821)
Depreciação e amortização (*)	2.303	2.118
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	(212)	(703)
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Juros e variações cambiais de ativos (*)	452	407
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	2.603	2.392
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	87	82
Encargos sociais (exceto INSS)	8	12
Benefícios	68	58
(-) Transferências para ordens (**)	(49)	(41)
Outros	5	4
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	25	18
ICMS	711	766
PIS/COFINS	140	200
Tributos sobre o lucro	140	118
Obrigações intrasetoriais	256	165
Outros	4	4
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	1.276	1.271
Juros, variações cambiais e alugueis (*)	627	473
Outros	627	473
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Remuneração aos acionistas	512	459
Lucros retidos	69	74
<b>Valor adicionado distribuído</b>	581	533
<b>2.603</b>	<b>2.392</b>	
(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
(**) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2021 a 08/10/2023	4
Veículos - Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	427
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	2
D&O	23/08/2022 a 23/08/2023	150
Cibersegurança	13/06/2022 a 01/06/2023	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

**2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.902	1.892
Disponibilidade da rede elétrica (1)	2.136	1.984
Construção de infraestrutura da concessão	507	380
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	71	97
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	-	46
Valor de reposição estimado da concessão (2)	207	152
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(53)	344
Outras receitas (nota 3.3)	60	51
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.830</b>	<b>4.946</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(1.286)	(1.330)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>3.544</b>	<b>3.616</b>

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores livres e cativos. (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

**Reajuste Tarifário Anual - IRT 2022:** A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 19 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Rio Grande do Norte - NEOENERGIA COSERN, com vigência a partir de 22 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.025/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 20,36%, sendo que para os consumidores de alta tensão, o reajuste ficou em 19,75%, enquanto para os de baixa tensão, ficou em 20,55%. O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (5,80%), a antecipação da reversão para modificação tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativo (custo cobrado percentualmente sobre o valor da conta de luz de acordo com o fator de potência) (0,65%) constituídas até marco de 2022, bem como o financeiro relativo à Bandeira e Conta Escassez Hídrica (4,55%), contribuíram para a redução da tarifa para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data. A variação da parcela A foi de 6,72%, totalizando R\$ 1.929, impactada principalmente pelo aumento de 9,5% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 242,32 MWh, já a variação da parcela B foi de 5,54%, totalizando R\$ 1.201, reflexo da inflação acumulada (ICP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do fator X de 0,02%. **Bandeira Tarifária - Escassez Hídrica:** Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ("CREG"), determinou, que a ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2022 a Companhia faturou R\$ 125 (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2021) a título de Bandeira de Escassez Hídrica. Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança foi aplicada para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuará pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2022		2021	
	Bandeiras Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda
Jan	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Fev	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mar	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Abr (*)	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mai	Verde	Verde	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I
Jun	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Jul	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Ago	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Set	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Out	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Nov	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Amarela
Dez	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Verde

(\*) A Bandeira Escassez Hídrica esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022. Nos exercícios de 2022 e 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 RS/MWh	De julho/2021 a abril/2022 REH nº 2.888/2021 RS/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 REH nº 3.051/2022 RS/MWh		A partir de junho/2022 REH nº 3.051/2022 RS/MWh	
			De setembro/2021 a 15/abril/2022 REH nº 3.051/2022 RS/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 REH nº 3.051/2022 RS/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 REH nº 3.051/2022 RS/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 REH nº 3.051/2022 RS/MWh
Verde	-	-	-	-	-	-
Amarela	-	13,43	18,74	-	-	Não altera
Vermelha Patamar I	-	41,69	39,71	-	-	Não altera
Vermelha Patamar II	-	62,43	94,92	-	-	Não altera
Escassez Hídrica	-	-	-	-	-	142

A Resolução MME nº 3/2021 apresentou somente o valor da Bandeira Escassez Hídrica, bem como seu período de vigência, permanecendo inalterados, portanto, valores e vigência da REH nº 2.888/2021, até junho de 2022, quando foram alterados pela REH nº 3.051/2022. **Revisão Tarifária Extraordinária - RTE:** A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), homologou em 12 de julho de 2022, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia de Eletricidade do Rio Grande do Norte - Neoenergia Cosern, com vigência a partir de 13 de julho de 2022 a 21 de abril de 2023, conforme a Resolução Homologatória nº 3.057/2022. A redução média das tarifas da Companhia, percebida pelos clientes, foi de 1,54%. A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) foi estabelecida pela Lei nº 14.385/2022, de 27 de junho de 2022, que determinou novas regras para a devolução dos Créditos Tributários especialmente aqueles referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS. Assim, conforme a referida previsão legal a ANEEL recalculou as tarifas considerando o financeiro de R\$ (220) referente aos Créditos do PIS/COFINS que impactou para a redução das tarifas indicadas acima.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - NEOENERGIA COSERN ("Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 8 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo Neoenergia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto. A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas as seguintes políticas específicas para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco líquido e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabeleça o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Controladora, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Limites, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável, e se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" não "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR (*) e CDI inflacionários.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Receíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(\*) O grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação *hedge* vigente. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2022, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7. (iv) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de

**3.1 Fornecimento de energia elétrica:**

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Residencial	2.350	2.439	1.815	1.823
Comercial	821	854	735	751
Industrial	198	235	188	192
Rural	397	476	218	233
Poder público	276	240	236	196
Iluminação pública	196	211	97	104
Serviços públicos	129	147	91	93
Consumo próprio	7	6	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	14	13
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(1.931)	(1.815)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	439	302
<b>Total</b>	<b>4.374</b>	<b>4.608</b>	<b>1.902</b>	<b>1.892</b>

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEL nº 3.025/2022.

(2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por custos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 161 (RS 141 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 128 (RS 117 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 3 (RS 29 em 2021) referente à subvenção bônus crise hidrica; (iv) R\$ 35 (RS 15 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 33 (RS 0 em 2021) referente à subvenção escassez hidrica; e (vi) R\$ 79 (RS 0 em 2021) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

**3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:**

	2022	2021
<b>CVA e neutralidade</b>		
Energia (1)	(188)	43
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(271)	183
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19	(1)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(15)	11
Neutralidade de encargos setoriais	6	(5)
PROINFA	2	1
<b>Total</b>	<b>(437)</b>	<b>232</b>

	2022	2021
<b>Componentes financeiros e subsídios</b>		
Repasse de sobreconotação (3)	148	(24)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	4	21
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	(7)
Passivo conta COVID	-	(6)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (4)	186	135
Crédito consumidor reversão para modicidade	2	(3)
Modicidade Eletrobras (5)	(79)	-
Bandeira escassez hidrica (6)	115	-
Outros	8	(4)
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>112</b>
<b>Total</b>	<b>(53)</b>	<b>344</b>

(1) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em um aumento da CVA a devolver neste ano; (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o reducao da bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo de Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS, CAR), conforme determinado pela ANEEL; (3) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobreconotação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (4) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022 e atualizado pela Revisão Extraordinária - RTE (Julho/2022), RS (220) a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 186 em contrapartida da redução da receita; (5) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, sendo constituído pela Companhia o passivo de R\$ (79) em 31 de dezembro de 2022; e (6) A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ (166), conforme REH nº 3.025/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da Bandeira Escassez Hidrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 115, em contrapartida da redução da receita.

**3.3 Outras receitas:**

	2022	2021
Arrendamentos e aluguéis	46	34
Comissão serviços de terceiros	11	12
Renda da prestação de serviços	-	1
Serviço taxado	2	2
Administração de faturas de fraudes	1	-
Penalidades contratuais e regulatórias	-	1
Outras receitas	-	1
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>51</b>

**3.4 Deduções de receita bruta:**

	2022	2021
<b>Tributos</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(710)	(766)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(317)	(397)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(3)	(2)
<b>Total</b>	<b>(1.030)</b>	<b>(1.165)</b>

**Encargos setoriais**

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(210)	(123)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(14)	(15)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(14)	(7)
Outros encargos (2)	(18)	(20)
<b>Total</b>	<b>(256)</b>	<b>(165)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.286)</b>	<b>(1.330)</b>

(1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/2022 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS. (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

**3.5 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus crise hidrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistematizada durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factoring* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
<b>Compra para revenda</b>				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	3.804	3.267	(777)	(1.024)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(98)	(213)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	49	(2)	(45)
Contratos por cotas de garantia física	1.397	1.391	(179)	(161)
Energia adquirida contrato bilateral	762	771	(254)	(229)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	196	187	(54)	(43)
Outros	107	110	(55)	(39)
<b>Subtotal</b>	<b>6.256</b>	<b>5.775</b>	<b>(1.429)</b>	<b>(1.751)</b>
Créditos de PIS e COFINS	-	-	136	158
<b>Total</b>	<b>6.256</b>	<b>5.775</b>	<b>(1.293)</b>	<b>(1.593)</b>

**Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão**

	2022	2021
Encargos de rede básica	(244)	(244)
Encargos de conexão	(38)	(41)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4)	(61)	(264)
Encargo de Energia de Reserva - EER (5)	(71)	15
<b>Subtotal</b>	<b>(414)</b>	<b>(534)</b>
Créditos de PIS e COFINS	42	43
<b>Total</b>	<b>(367)</b>	<b>(491)</b>

**Total dos custos com energia elétrica**

	2022	2021
PLD - Preço de Liquidação de Diferenças	(1.660)	(2.084)
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia	-	-

(1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas; (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual; (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro, e não houve compra de energia no MCP/Deficite; (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

**5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO**

	2022	2021
Pessoal	(45)	(38)
Material	(273)	(197)
Serviços de terceiros	(182)	(139)
Juros sobre obras em andamento	(7)	(5)
Outros	(9)	(7)
Obrigações especiais	9	6
<b>Total</b>	<b>(507)</b>	<b>(380)</b>

**6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2022		2021	
	Custos de operação	Despesas com vendas gerais e administrativas	Outras Receitas/Despesas administrativas	Total
<b>Custos/Despesas</b>				
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(70)	(11)	(60)	(141)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(77)	(27)	(40)	(144)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(127)	-	(23)	(150)
Provisão para processos judiciais	-	-	(9)	(9)
Outras receitas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(15)	(1)	(1)	(16)
<b>Total</b>	<b>(289)</b>	<b>(39)</b>	<b>(136)</b>	<b>(464)</b>

	2022		2021	
	Custos de operação	Despesas com vendas gerais e administrativas	Outras Receitas/Despesas administrativas	Total
<b>Custos/Despesas</b>				
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(66)	(12)	(53)	(131)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(72)	(26)	(35)	(133)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(112)	-	(19)	(131)
Provisão para processos judiciais	-	-	(9)	(9)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(12)	(1)	(4)	(17)
<b>Total</b>	<b>(262)</b>	<b>(39)</b>	<b>(124)</b>	<b>(425)</b>

**6.1 Pessoal e benefícios a empregados:**

	2022	2021
Remunerações	(69)	(64)
Encargos sociais	(32)	(29)
Auxílio alimentação	(16)	(15)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(11)	(9)
Provisão para férias e 13º salário	(12)	(10)
Plano de saúde	(28)	(23)
Participação nos resultados	49	41
(+) Transferências para ordens (2)	(6)	(6)
<b>Total</b>	<b>(141)</b>	<b>(131)</b>

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios. (2) Transferência do custo de modo de obra própria para projetos.

**6.2 Serviços de terceiros:**

	2022	2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(28)	(26)
Agente arrecadador e credenciado	(8)	(9)
Corte, ligação e religação	(12)	(11)
Atendimento e teleatendimento	(10)	(9)
Serviços técnicos e manutenções	(22)	(17)
Podas de árvore de limpeza faixa	(5)	(4)
Cobrança administrativa e negatização	(2)	(2)
Inspeção técnica e pericia	(9)	(9)
Tecnologia da informação	(19)	(20)
Serviços jurídicos	(6)	(5)
Consultoria e auditoria	(2)	(1)
Comunicação	(1)	(1)
Encerramento de ordem - Custo do serviço prestado	(7)	(8)
Vigilância	(2)	(1)
(-) Crédito PIS e COFINS	1	1
Outros serviços	(12)	(11)
<b>Total</b>	<b>(144)</b>	<b>(133)</b>

**6.3 Depreciação e amortização:**

	2022	2021
Quota de depreciação e amortização	(144)	(123)
Baixa do valor residual	(8)	(10)
<b>Subtotal</b>	<b>(152)</b>	<b>(133)</b>
(-) Crédito PIS/COFINS	2	2
<b>Total</b>	<b>(150)</b>	<b>(131)</b>

**6.4 Outras receitas e despesas, líquidas:**

	2022	2021
Seguros	(1)	(1)
Despesas de viagem	(2)	(2)
Propaganda e publicidade	(4)	(3)
Multa por inadimplência/contratual	32	28
Perdas/alienação/desativação	(20)	(21)
Material	(18)	(13)
Outros	(3)	(5)
<b>Total</b>	<b>(16)</b>	<b>(17)</b>

**7. RESULTADO FINANCEIRO**

	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	42	10
(-) Tributos sobre receita financeira	(5)	(5)
Juros e encargos contra a receber de clientes e outros títulos	45	50
Atualização de depósitos judiciais	3	-
Atualização do ativo financeiro setorial	19	9
Outras receitas financeiras	4	3
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>68</b>

**Despesas Financeiras**

Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(223)	(166)
Atualização de provisões para processos judiciais	(5)	(6)
Outras despesas financeiras (2)	(33)	(17)
<b>Total</b>	<b>(261)</b>	<b>(189)</b>

**Outros resultados financeiros, líquidos**

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(149)	(136)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	184	137
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	(209)	(144)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	142	194
Perdas com variações cambiais e monetárias	(8)	(4)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	13	5
<b>Total</b>	<b>(27)</b>	<b>52</b>
<b>Total</b>	<b>(180)</b>	<b>(69)</b>

**Resultado financeiro líquido**

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida; (2) Refere-se principalmente, aos Juros Selic, atualização do passivo a devolver ao consumidor da base de exclusão do ICMS sobre PIS e COFINS; e (3) Redução do euro e do dólar em comparação aos doze meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente despesa nos derivativos.

**8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES**

**8.1 Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base

**10.1 Fornecimento de energia:** A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2022		2021	
	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	190	(31)	195	(22)
Comercial	72	(10)	85	(9)
Industrial	41	(18)	41	(18)
Rural	30	(8)	36	(9)
Poder público	77	(11)	109	(20)
Iluminação pública	19	(1)	23	(1)
Serviço público	17	(1)	20	(1)
Não faturado	139	(3)	161	(1)
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>(83)</b>	<b>670</b>	<b>(81)</b>

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	314	(5)	342	(4)
<b>Saldos vencidos:</b>	<b>271</b>	<b>(78)</b>	<b>328</b>	<b>(77)</b>
Entre 1 e 90 dias	146	(5)	180	(4)
Entre 91 e 180 dias	16	(4)	29	(5)
Entre 181 e 360 dias	28	(10)	38	(7)
Acima de 361 dias	81	(59)	81	(61)
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>(83)</b>	<b>670</b>	<b>(81)</b>

Em 31 de dezembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 12 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2021). **10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE:**

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>		(85)
Efeito reconhecido no resultado do exercício		(12)
Baixa efetiva dos recebíveis incorríveis		10
<b>Saldo final do exercício</b>		<b>(87)</b>

**10.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

## 11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revisadas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2022		2021	
	Obri- gação	Efeito líquido	Obri- gação	Efeito líquido
<b>CVA e neutralidade</b>				
Energia	38	(118)	(80)	(8)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	64	(165)	(101)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	16	-	16	(5)
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	42	(4)	38	(4)
Neutralidade de encargos setoriais	14	(3)	11	(7)
Outros	6	(2)	4	3
<b>Componentes financeiros e subsídios</b>				
Repasse de sobrecontratação (1)	125	-	125	8
Risco hidrológico	-	(62)	(62)	-
Ultrapassagem de demanda/excedente relativo	-	(27)	(27)	-
Passivo conta COVID	-	-	-	(2)
CDE modicidade Eletrobras (nota 3.3)	-	(84)	(84)	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	108	(172)	(64)	137
Bandeira escassez hídrica (3)	126	-	126	-
Outros	5	-	5	(2)
<b>Total</b>	<b>544</b>	<b>(637)</b>	<b>(93)</b>	<b>483</b>

Valores homologados pela ANEEL (em reversão)

	2022	2021
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	407	(608)
<b>Total</b>	<b>544</b>	<b>(637)</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um ativo de R\$ 125, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE em 13 de julho de 2022, antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2022 a março de 2023, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal. (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro de 2022, com a finalidade de expurgar os efeitos dos custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	137	(169)	(32)
Constituição	488	(136)	352
Amortização (índice de Reposicionamento Tarifário)	(126)	118	(8)
Atualização monetária	17	(8)	9
Transferências	(33)	(153)	(186)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>483</b>	<b>(348)</b>	<b>135</b>
Constituição (1)	548	(429)	119
Amortização (índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(279)	107	(172)
Atualização monetária	62	(43)	19
Transferências	(270)	76	(194)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>544</b>	<b>(637)</b>	<b>(93)</b>

(1) Em 2022, a Companhia constituiu o montante de R\$ 115, com ênfase para o componente financeiro de PIS/COFINS, em função do reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB, além da CVA de ESS, em função das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor de bandeira tarifária alocado no ESS em 2022, decorrente, principalmente, da Resolução CREG 03/2021 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS - CAR). Também, destacamos a constituição de componente financeiro decorrente da recuperação dos custos via tarifa da Bandeira Escassez Hídrica. (2) Em 2022, a Companhia amortizou o montante de R\$ (169), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2021 e 2022. A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da CONTA COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID. Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 38 (R\$ 28 até 31 de dezembro de 2021) para amortização da operação financeira da CDE - CONTA COVID, em cumprimento ao despacho nº 939/2021. 11.1 **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de perda pelo Poder Concedente. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

## 12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de cinco anos, com possibilidade de prorrogação por igual período de vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. 12.1 **Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>	1.933	1.525
Baixas	(11)	(4)
Transferência ativo contratual (1)	4	256
Transferência ativo intangível	3	3
Ajustes a valor justo (2)	207	152
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>2.536</b>	<b>1.933</b>
Ativo não circulante	2.536	1.933

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. (2) Em 2022, como parte do processo de melhoria contínua, devido à complexidade do modelo regulatório e de modo a garantir a melhor estimativa de Base de Remuneração, a Companhia realizou nova forma de reavaliação dos ativos, aderente ao preconizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 109 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA R\$ (54) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021. 12.2 **Ativo Contratual:** Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:		
<b>Saldo inicial do exercício</b>	405	434
Adições (1)	524	388
Baixas	(13)	(6)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(160)	(142)
Transferências - ativos financeiros (1)	(404)	(256)
Transferências - outros	2	(13)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>354</b>	<b>405</b>
Custo	362	408
Obrigações especiais	(8)	(3)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. 12.3 **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão: • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços de Referência e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

## 13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
<b>Taxa de amortização a.a.</b>	<b>4,26%</b>

**Saldo em 31 de dezembro de 2021**

Baixas	695
Amortização	(14)
Transferências - ativo financeiro (1)	(141)
Transferências - ativo contratual (2)	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>160</b>

**Saldo em 31 de dezembro de 2020**

Baixas	1.983
Amortização acumulada	(1.216)
Obrigações especiais	(70)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>686</b>

**Saldo em 31 de dezembro de 2021**

Baixas	(8)
Amortização	(4)
Transferências - ativo financeiro (1)	(4)
Transferências - ativo contratual (2)	(142)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>695</b>

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. 13.1 **Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

## 14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	154	130
Encargos de uso da rede	35	122
Materiais e serviços	55	66
Energia livre (1)	24	21
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>339</b>
Circulante	244	318
Não circulante	24	21

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

**15.1 Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	353	645
Agências de fomento	261	130
Mercado de capitais	1.811	1.366
<b>Empréstimos e financiamentos (1)</b>	<b>2.425</b>	<b>2.141</b>
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(81)	(267)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(241)	(167)
(-) Títulos e valores mobiliários	(15)	(2)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.088</b>	<b>1.705</b>

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. 15.2 **Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) **Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2022	2021
<b>Denominados em R\$</b>	<b>2.086</b>	<b>1.506</b>
Indexados a taxas flutuantes	2.083	1.503
Indexados a taxas fixas	3	3
<b>Denominados em US\$</b>	<b>350</b>	<b>641</b>
Indexados a taxas fixas	350	641
<b>Total</b>	<b>2.436</b>	<b>2.147</b>
(-) Custos de transação	(11)	(6)
<b>Total</b>	<b>2.425</b>	<b>2.141</b>

Passivo circulante

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2022	2021
Custo médio em % CDI (1)	92,3%	154,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,6%	7,3%
Saldo da dívida	2.425	2.141
Instrumentos financeiros derivativos	(81)	(267)
<b>Dívida total líquida de derivativos</b>	<b>2.344</b>	<b>1.874</b>

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses. (2) Resultado de Dívida Acumulada 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) **Fluxo de pagamento futuros de dívida:** Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos financeiros derivativos	Total
2023	367	212	(58)	521
2024	548	167	(37)	678
2025	15	142	-	157
2026	340	142	-	482
2027	603	132	-	735
Entre 2028 e 2032	579	141	-	720
Entre 2033 e 2037	96	43	-	139
2037 em diante	48	5	-	53
<b>Total</b>	<b>2.596</b>	<b>984</b>	<b>(95)</b>	<b>3.485</b>

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas Curvas de Taxas de Juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4 anos (3 anos em dezembro de 2021). c) **Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>	2.141	1.703
<b>Efeito no fluxo de caixa:</b>		
Captações (1)	697	428
Amortizações de principal	(925)	(83)
Custo de captação	(6)	(3)
Pagamento de encargos de dívida		

cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**17. OUTROS PASSIVOS**

	2022	2021
Caução em garantia (1)	38	34
Devoluções a consumidores (2)	20	43
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	4	4
Repasse a terceiros	18	18
Bônus estratégico	3	2
Compartilhamento de pessoal	2	2
Outros	14	4
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>107</b>
Circulante	81	98
Não circulante	18	9

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. (2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 29.

**18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR**

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto e longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Obrigações trabalhistas e PLR	47	41
Benefícios de longo prazo - pós-emprego (nota 18.1 (a))	(9)	(1)
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>40</b>
Ativo não circulante - outros (1)	(9)	(1)
Passivo circulante	47	41

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes. **18.1 Benefícios de curto e longo prazo - Pós-emprego:** A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2022	2021
<b>Planos de benefício definido</b>		
Néos - Plano BD RN	-	275
	-	275
<b>Planos de contribuição definida</b>		
Néos - Plano CD RN	44	41
Néos - Plano CD PE	1	-
Néos - Plano CD Néos	987	213
	1.032	254
<b>Total</b>	<b>1.032</b>	<b>529</b>

**a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:**

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo líquido (passivo)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	(93)	157	(50)	14
Efeitos dos juros	(6)	10	(3)	1
Benefícios pagos pelo plano	8	(8)	-	-
Redimensionamento	10	(42)	18	(14)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	(81)	117	(35)	1
Efeitos dos juros	(6)	9	(3)	-
Benefícios pagos pelo plano	7	(7)	-	-
Redimensionamento	6	(6)	8	8
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	(74)	113	(30)	9
Planos superavitários	(74)	113	(30)	9

**b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:**

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Despesa com juros de obrigações	6	(6)
Receita com juros de ativos	(6)	7
<b>Total</b>	-	1

**c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:**

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
<b>Saldo no início do exercício</b>	(1)	8
<b>Redimensionamento:</b>		
Mudanças nas premissas	6	10
Efeito do teto de ativos/passivos oneroso	8	18
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(6)	(42)
<b>Efeito bruto</b>	<b>8</b>	<b>(14)</b>
Tributos sobre o lucro	(3)	5
<b>Efeito líquido em outros resultados abrangentes</b>	<b>5</b>	<b>(9)</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4</b>	<b>(1)</b>

**d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:**

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Valor presente das obrigações atuariais	(74)	(81)
Valor justo dos ativos	113	118
Efeito do teto de ativos/passivos oneroso	(30)	(36)
<b>Total ativo (passivo) líquido</b>	<b>9</b>	<b>1</b>

**e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:**

	2022	2021
	Preços cotados em mercado ativo	Preços cotados em mercado ativo
	Preços não cotados em mercado	Preços não cotados em mercado
	Valor justo	Valor justo
	total	total
Investimento direto:		
Fundo de investimento imobiliário	-	1
Outros	(1)	(1)
<b>Investimento através de fundos:</b>		
Fundo de investimento - ações/quotas	3	9
Fundo de investimento - renda fixa	110	108
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>118</b>

(ii) **Expectativa de pagamentos futuros:** As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
2023	9	9
2024	8	6
2025	6	5
2026	5	4
2027	4	3
Entre 2028 e 2032	31	31
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>71</b>

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. (iii) **Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
<b>Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%</b>		
Valor presente da obrigação atuarial	76	84
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	3,40%	3,67%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	7,24	7,72
<b>Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%</b>		
Valor presente da obrigação atuarial	71	78
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-3,19%	-3,43%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,87	7,32

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	9,60%	8,16%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	0,00%	0,00%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,00%
<i>Duration</i> (em anos)	7,10	7,52
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%
Composição familiar	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	N/A

(iv) **Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos:** **Risco geral** - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o **deficit** com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. **Mudanças na taxa de desconto** - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa. **Investimentos e volatilidade** - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ("ALM"). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ("PREVIC"). **Hipóteses atuariais e econômicas** - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. **f) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil:** Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**19.1 Capital social:** O capital social está representado por ações ordinárias ("ON"), e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 542. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte (por unidade de ações):

	Total					
Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A R\$	Pref. B R\$	R\$	Ações R\$
Neoenergia S.A.	120.847.284	390	19.098.302	61	16.444.928	53
Outros	8.898.935	29	1.507.826	5	1.276.753	4
<b>Total</b>	<b>129.746.219</b>	<b>419</b>	<b>20.606.128</b>	<b>66</b>	<b>17.721.681</b>	<b>57</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferências "Classe A", sendo tais dividendos de ambas as classes no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
<b>Lucro básico e diluído por ação:</b>		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	438	402
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	77	70
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	66	61
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>533</b>

**Em unidades de ações**

	2022	2021
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	129.746.219	129.746.219
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	20.606.128	20.606.128
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	17.721.681	17.721.681
<b>Total</b>	<b>168.074.028</b>	<b>168.074.028</b>

**Lucro básico e diluído por ação**

Ação ordinária (R\$)	3,38	3,10
Ação preferencial A (R\$)	3,72	3,41
Ação preferencial B (R\$)	3,72	3,41

**b) Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>581</b>	<b>533</b>
Reserva de incentivo fiscal	(69)	(74)
<b>Remuneração a distribuir</b>	<b>512</b>	<b>459</b>

**Remuneração**

Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	128	115
Remunerações intermediárias	219	9
Dividendos adicionais propostos	165	335
<b>Total</b>	<b>512</b>	<b>459</b>

**Natureza da remuneração**

Dividendos	424	404
JCP	88	55
<b>Total</b>	<b>512</b>	<b>459</b>

**Remuneração total por ação:**

	2022	2021
A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2022 no montante bruto de R\$ 512, dos quais R\$ 165 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos. O Conselho de Administração aprovou, a título de remuneração antecipada do exercício de 2022: (i) em 30 de março de 2022, no montante de R\$ 20 (RS 23 menos RS 3 de imposto de renda), já pago; (ii) em 15 de junho de 2022, no montante de R\$ 19 (RS 22 menos RS 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, já pago; (iii) em 27 de julho de 2022 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 199, pago em agosto/2022; (iv) em 26 de setembro de 2022, no montante de R\$ 18 (RS 21 menos RS 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, já pago; (v) em 27 de outubro de 2022 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 80, pago em dezembro/2022; e (vi) em 15 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 19 (RS 22 menos RS 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a serem pagos até 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 23 (RS 34 em 31 de dezembro de 2021). Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:	3,05	2,73

**20.3 Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Resultado do exercício	Resultado do exercício
a	ARIZONA 1	Receita de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2027	2023	2	(1)
a	BAGUARI-UHE	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2039	2023	(3)	(2)
a	CALANGO 6	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2036	2023	(1)	(1)
a	CANOA5	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2038	2023	(1)	-
d	Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	(1)	-
a	CEU AZUL	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2046	2023	(3)	(2)
d	ELEKTRO	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	(3)	(3)
a	ENERBRASIL	Receita de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2028	2023	4	3
d	ENERBRASIL	Receita de energia no ambiente regulado - CUSD	IGPM	2028	2023	1	(1)
a	ITAPEBI	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	-	1
a	LAGOA 1	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2038	2023	(1)	-
a	MEL 2	Receita de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2027	2023	2	1
a	NARANDIBA	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	2028	2023	(4)	(4)
d	Neoenergia distribuição de Brasília	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	1	-
a	Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2025	2023	(1)	-
a	SANTANA 1	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2036	2023	(1)	(1)

**Controladora**

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Resultado do exercício	Resultado do exercício
c	NEOENERGIA S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2026	2023	9	(8)
e	NEOENERGIA S.A.	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(17)	(29)

**Acionistas e outros**

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração
------	---------------------	-------------------	--------------------------------

**20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave):** A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2022	2021
Salários e benefícios recorrentes	1	2
Outros benefícios de curto prazo	1	-
Benefícios de longo prazo	3	2
	<b>5</b>	<b>4</b>

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

**21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022	2021		
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	40	201	65	102
Títulos e valores mobiliários	-	15	-	2
Contas a receber de clientes e outros	680	-	842	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	66	27	193
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	135	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	2.536	-	1.933
Outros ativos	22	-	24	-
<b>Total</b>	<b>742</b>	<b>66</b>	<b>2.779</b>	<b>1.066</b>
			<b>193</b>	<b>2.114</b>

	2022	2021
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	268	-
Empréstimos e financiamentos	2.297	128
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	93	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	10
Passivo de arrendamento	17	-
Outros passivos	41	3
<b>Total</b>	<b>2.716</b>	<b>10</b>

CA – Custo Amortizado  
VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes  
VJR – Valor Justo por meio do Resultado

**21.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR") ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2022	2021				
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	201	-	201	102	-	102
Títulos e valores mobiliários	15	-	15	2	-	2
Instrumentos financeiros derivativos	93	-	93	270	-	270
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	2.536	2.536	-	1.933	1.933
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>2.536</b>	<b>2.845</b>	<b>374</b>	<b>1.933</b>	<b>2.307</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	128	-	128	464	-	464
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	12	3	-	3
Outros passivos	3	-	3	2	-	2
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>-</b>	<b>143</b>	<b>469</b>	<b>-</b>	<b>469</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 207 e R\$ 152, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022	2021		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	2.297	2.292	1.677	1.657

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo Amortizado ("CA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e atualizados pelos métodos de liquidez efetivos. Quando a diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e

não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou P/Cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de swaps, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o mutamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (LIBOR). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		
Swap US\$ pré vs R\$ pós	2022	2021	Vencimento (Ano)	2022	2021	
Ativo	US\$ 67	US\$ 115	2023-2024	344	655	
Passivo	R\$ 285	R\$ 457		(288)	(465)	
<b>Líquido</b>				<b>56</b>	<b>190</b>	

**Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. O programa a seguir é designado para contabilidade de hedge e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência			Valor justo		
Swap IPCA vs CDI	2022	2021	Vencimento (Ano)	2022	2021	
Ativo	R\$ 132	R\$ 468	2024	129	464	
Passivo	R\$ 105	R\$ 389		(104)	(387)	
<b>Líquido</b>				<b>25</b>	<b>77</b>	

**Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. O programa, em 31 de dezembro de 2022, R\$ (0,05) (R\$ 0,09 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa, em 31 de dezembro de 2022, R\$ (0,21) (R\$ (0,10) em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **21.8 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições de objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Expo- sição (Saldo/ Cota- ção Nominal)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	Dólar 5,2177	(351)	(362)	(54)
<b>Exposição Líquida</b>				<b>344</b>	<b>355</b>	<b>53</b>
				<b>(7)</b>	<b>(7)</b>	<b>(1)</b>

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nominal)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(1)
<b>Exposição Líquida</b>				<b>-</b>
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(1)
<b>Exposição Líquida</b>				<b>-</b>

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (c) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (e) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidên-

cias de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia elétrica:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R11)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (e) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; (f) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidên-

Operação	Indexador	Taxa no período	Expo- sição (Saldo/ Prova- vel)	Ce- nário Provável	Im- pacto rio (II)	Im- pacto rio (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	225	31	(5)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>						
Dívidas em CDI Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(1.108)	(167)	(25)
	CDI	Alta do CDI	13,65%	(392)	(57)	(9)
Dívida em IPCA Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(975)	(90)	(6)
	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	129	12	1
						2

**22. COMPROMISSOS**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2024	1.391	415
2025	1.422	435
2026	1.479	580
2027	1.531	638
2028	1.570	669
Entre 2029 e 2033	6.625	2.835

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

**23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Elena León Muñoz <b>Presidente</b>	Francesco Gaudio <b>Presidente</b>
Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Juliano Pansanato de Souza Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Armando José Pereira de Barros Pedro Damásio Costa Neto Edison Antônio Costa Britto Garcia <b>Titulares</b>	Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Odali Dias Cardoso Luiz Carlos Faria Ribeiro <b>Titulares</b>
José Carlos dos Santos Souza Maria da Conceição Mendes <b>Suplentes</b>	José Antonio Lamenza Gláucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes Telma Suzana Mezia <b>Suplentes</b>
<b>DIRETORIA</b>	<b>CONTADORA</b>
Fabiana Carvalho Lopes <b>Diretora - Presidente</b> Renato de Almeida Rocha <b>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</b> Luciana Maximino Maia <b>Diretora de Planejamento e Controle</b> Fabiano da Rosa Carvalho <b>Diretor de Regulação</b>	Carla Suelly Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Elena León Muñoz Edison Antônio Costa Britto Garcia Juliano Pansanato de Souza Pedro Damásio Costa Neto Solange Maria Pinto Ribeiro	Armando José Pereira de Barros Fulvio da Silva Marcondes Machado Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins
---	---

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia COSERN, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2022, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

João Guilherme Lamenza Odali Dias Cardoso	Eduardo Valdés Sanchez Luiz Carlos Faria Ribeiro
--	---

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Merumo, 150, Cidade Alta, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 do Regulamento CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA COSERN delimitadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA COSERN relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Fabiana Carvalho Lopes Diretora-Presidente Luciana Maximino Maia Diretora de
---